

NATUREZA: UM CONCEITO NATURAL?

Suzana Theodoro Martins Peixoto

Universidade Federal de Viçosa – UFV

Pça: São Paulo, 80/201 Centro - Muriaé MG CEP 36880-000 - Tel: (32) 37210448

Email: theodorosuzana@gmail.com

Revisado em 4 de agosto de 2008, aceito em 12 de dezembro de 2008.

RESUMO - O presente artigo é o resultado de uma pesquisa monográfica e teve como objetivo verificar a concepção de natureza veiculada nos materiais de divulgação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Os materiais de divulgação investigados foram um folder: *Parques de Minas* e o site do Instituto Estadual de Florestas IEF – MG. Os Parques fazem parte de uma categoria de Unidades de Conservação, estas são respaldadas pela lei 9985/2000, que estabelecem as regras e normas para a criação, implantação e gestão. E tem por finalidade contribuir com a manutenção da biodiversidade, proteger os recursos naturais e respeitar a cultura das populações tradicionais. Dessa forma, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro foi criado para preservar um dos últimos resquícios de Mata Atlântica, situado na Zona da Mata Mineira, englobando os municípios: Araponga, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Divino, Pedra Bonita, Sericita e Muriaé. É importante revelar que, em parques não são permitido moradores em seu interior. Essa é uma discussão importante e remete-se a Idade Antiga, nessa época, o ser humano vivia em harmonia com a natureza, acreditando que ela era habitada por deuses, por isso, havia respeito e também medo. Com o surgimento do Iluminismo na Idade Moderna, houve uma transformação na forma de pensar do ser humano, uma vez que começa a valorização da razão. A explicação e o entendimento dos fenômenos naturais não eram mais aceito através dos dogmas religiosos, no entanto, deveriam ser feitos por meio da

¹ Monografia apresentada como cumprimento das exigências de conclusão do Curso de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV, sob orientação do prof. Eduardo Jose Pereira Maia, e co-orientação do prof. Willer Araújo Barbosa.

observação científica aliada ao raciocínio e, assim, com esse pensamento a ciência começa a surgir. A partir de então, o ser humano define a natureza como natural e ao modificar a natureza pelo trabalho humano como artificial. Com isso, há uma separação entre ser humano e natureza, transformando-a em objeto sendo explorada e dominada. Essa dicotomia entre o ser humano e a natureza fez com que expandissem áreas urbanizadas e industrializadas, gerando discussões sobre criações de parques, e estes por sua vez, são incentivados e influenciados pelo conceito *Wilderness* e pelas correntes de pensamento, conservacionismo e preservacionismo. Ao analisar os materiais de divulgação, percebe-se uma exaltação da natureza como paraíso perdido e que o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro é uma representação do belo e difundem uma idéia de natureza perfeita e intocável, longe do mundo urbano-industrial, o ser humano entra em contato com a natureza para fugir da vida da cidade. Contudo, o ser humano faz parte da natureza, e assim, deve enxergar, pois são indissociáveis. Sua capacidade de produção material não possibilita a governabilidade, e não há como dominá-la porque constituem parte da natureza. Deste modo, muitas Unidades de Conservação são consideradas como “ilhas fragmentadas”. E essas criações têm se respaldado em que o próprio ser humano é o causador de toda degradação que vem ocorrendo no meio ambiente. No entanto, não são apenas ações isoladas as causadoras dessa destruição, são ações subordinadas ao sistema econômico capitalista.

Palavras-chaves: Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Unidade de Conservação, material de divulgação, natureza.

ABSTRACT - The present article is the result of a monographic research and had as objective to verify the conception of nature propagated in the materials of spreading of the Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. The investigated materials of spreading had been to folder: *Parques de Minas* and the site of the Instituto Estadual de Florestas IEF - MG. The Parks are part of a category of Unit of Conservation, this are endorsed by law

1985/2000, that they establish the rules and norms for the creation, implantation and management of Units of Conservation, that has for purpose to contribute with the maintenance of biodiversity, to protect the natural resources and to respect the culture of the traditional populations. Of this form, the Parque Estadual da Serra do Brigadeiro was created to preserve one of the last resquícios of Mata Atlântica, situated in the Zona da Mata Mineira, englobando the cities: Araponga, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Divino, Pedra Bonita, Sericita and Muriaé. It is important to disclose that, in parks they are not allowed living in its interior. This is an important quarrel and sends Old Age to it, at this time, the human being lived in harmony with the nature, believing that it was inhabited for deuses, therefore, also had respect and fear. With the sprouting of the Iluminismo in the Modern Age, it had a transformation in the form to think of the human being, a time that starts the valuation of the reason. The explanation and the agreement of the natural phenomena were not more accepted through the religious dogmas, however, they would have to be made by means of the allied scientific comment to the reasoning and, thus, with this thought science starts to appear. From now on, the human being defines the nature as natural and when modifying the nature for the human work as artificial. With this, it has a separation between human being and nature, transforming it into object being explored and dominated. This dichotomy between the human being and the nature made with that they expanded urbanizadas and industrialized areas, generating quarrels on creations of parks, and these in turn, is stimulated and influenced for the Wilderness concept and thought chains, conservacionismo and preservacionismo. When analyzing the spreading materials, a dither of the nature is perceived as lost paradise and that the Parque Estadual da Serra do Brigadeiro is a representation of the beauty and spreads out an idea of perfect and untouchable nature, far from the world urban-industrial, the human being enters in contact with the nature to run away from the life of the city. However, the human being is part of the nature, and thus, must enxergar, therefore they are indissociáveis. Its capacity of material production does not make possible the governabilidade, and it does not have as to dominate it because they

constitute part of the nature. In this way, many Units of Conservation are considered as “fragmented islands”. E these creations if have endorsed where the proper one human being is the causer of all degradation that comes occurring in the environment. However, the causers of this destruction are not only isolated actions, are actions subordinated to the capitalist economic system.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é o resultado de uma pesquisa monográfica, *Um olhar sobre o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro*². A pesquisa teve como objetivo compreender a noção de natureza do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PARQUE)² tentando estabelecer uma discussão de como essa noção de natureza é veiculada nos materiais de divulgação.

Os materiais de divulgação analisados foram: um folder com o título *Parques de Minas* e o site do Instituto Estadual de Florestas IEF - MG, no seguinte endereço eletrônico: www.ief.mg.gov.br, desses materiais de propaganda foram retirados alguns trechos dos textos e algumas fotos para que pudessem ser analisados e investigados. Sendo assim, surgiram tais questões: Qual é a mensagem que estão querendo transmitir? Qual visão de natureza está sendo difundida? Com qual intuito?

Ao buscar as respostas para essas perguntas, houve uma necessidade de investigar a maneira como que os seres humanos vêm se relacionando com meio ambiente, buscando elementos e informações na história ambiental que

²O termo PARQUE será utilizado toda vez que se referir ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. E segundo Barbosa é o modo como as populações do entorno se referem em oposição a PESB, que é o termo utilizado pelo gestor.

possam comprovar ou evidenciar essas relações e, também, descobrir subsídios para a discussão do conceito de natureza. E, por meio desses fatos verificarem a importância das criações das Unidades de Conservação.

As Unidades de Conservação pertencem ao poder público, é amparada na lei 9985/2000 que rege todas as normas e critérios para criação, implantação, gestão e define as categorias.

Os parques fazem parte de uma das categorias existentes que não permitem moradores em seu interior. Dessa forma, criam-se verdadeiros santuários ecológicos, e ao entrar nessas áreas possam sentir a paz de espírito.

Considerados verdadeiros paraísos perdidos, são criados com um discurso de proteger as biodiversidades e garantir o uso dos recursos naturais para as gerações futuras.

Essas criações têm se respaldado em que o próprio ser humano é o causador de toda degradação que vem ocorrendo no meio ambiente, e são influenciadas pelas correntes de pensamento: conservacionismo e preservacionismo. Essas duas correntes de pensamento buscam defender a natureza do uso exploratório, cada uma com sua especificidade, se diferem quanto à possibilidade de manejo dos recursos naturais. No entanto, não são apenas ações isoladas que causam essa destruição, são ações subordinadas ao sistema econômico capitalista.

A importância da investigação na história ambiental é porque este conhecimento decorre de uma configuração dentro de um conjunto de estudos que aborda o ser humano e o meio ambiente numa mesma influência e ligação mútua tendo como base a trajetória temporal.

A história ambiental possuindo um enorme campo temporal conduz a uma necessidade de escolha por alguns momentos da história, que aparentemente, são mais importantes ou que julgamos mais importante. Como por exemplo: a relação dos gregos e romanos da antiguidade com a natureza, pois eles viviam em equilíbrio com o meio ambiente; o surgimento do Iluminismo que proporcionou a valorização da razão nos seres humanos deixando de lado a emoção e a fé, e com isso, ocasionando a dicotomia entre o ser humano e a natureza. Este momento é muito importante para o trabalho porque essa separação constituiu na construção de uma outra relação com a natureza.

A investigação na história ambiental demonstra como determinado povo entende sobre natureza, demarcando seus interesses e objetivos existentes, para a compreensão dessa relação enfatizada e focalizada por este trabalho.

O artigo se subdivide na seguinte forma, esta Introdução, que contém uma apresentação geral, a relação do ser humano com o meio ambiente, enfatizando alguns elementos da história ambiental que constitui o suporte teórico para a construção e discussão de todo o trabalho e o objetivo do artigo.

Metodologia, essa seção traz uma pequena descrição como o artigo foi desenvolvido, por meio de levantamentos bibliográficos e visitas institucionais.

A natureza em Pauta, esta seção remete-se as argumentações geradas a respeito do conceito de natureza, demonstrando que é uma noção construída historicamente e socialmente e que há dois pontos de vista que a envolve. Na primeira visão é entendida como algo a ser conquistada e sua utilização é somente como fonte de matéria prima para o desenvolvimento de novas tecnologias.

Na segunda visão, a natureza é vista como um paraíso terrestre, algo a ser contemplado e reverenciado.

O olhar sob o folder e o site, traz as análises do folder e do site, estes materiais de divulgação expressam uma natureza que é bela, intocada, criando uma imagem do paraíso perdido e coloca como existisse uma outra realidade, “uma realidade espetacularizada e estetizada” (CLAUDIO, 2006. p.5), pois, os materiais de divulgação apresentam o PARQUE como se fosse um mundo maravilhoso.

Mas o que é um parque, este item traz a temática sobre as Unidades de Conservação suas definições e as discussões que as envolvem, e o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, as questões que o enredam como um breve relato de sua criação sendo considerada participativa pelo envolvimento das populações locais e das organizações sociais.

Porque criar um parque, encontram-se neste item os pressupostos teóricos do primeiro parque criado no mundo, o Parque Nacional do Yellowstone, pois ele serviu de modelo para outros países inclusive o Brasil a criarem áreas de proteção ambiental. E, também, a revisão de literatura expondo as correntes de pensamento, conservacionismo e preservacionismo, contendo um pequeno histórico, os principais colaboradores e a especificidade de cada uma em relação ao manejo dos recursos naturais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi levantamento bibliográfico sobre a temática proposta para o trabalho; estudo, fichamento e resumos sobre os temas discutidos; uma

visita institucional ao IEF – MG, no próprio município de Viçosa - MG; consulta ao site do IEF - MG: www.ief.mg.gov.br, onde se encontra um link do PARQUE; uma visita institucional no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e uma conversa com o gerente do PARQUE. E, por fim, a sistematização das informações que foi apresentada em forma de texto.

Na primeira etapa, foi feita uma revisão bibliográfica com o intuito de justificar teoricamente o assunto proposto, por meio de fontes secundárias, que são: os livros, as teses, os artigos publicados em revistas impressas ou eletrônicas.

Depois da leitura e fichamento das fontes secundárias, foi necessário executar a outra etapa da pesquisa, a visita institucional ao IEF - MG e ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. O levantamento das informações foi por meio de fontes primárias. Nessa visita ao IEF - MG foi obtido um folder: *Parques de Minas*,

A visita ao PARQUE ocorreu com o intuito de conhecer um pouco mais a sua área e a sua infra-estrutura localizada na sede administrativa. A conversa com o administrador do PARQUE teve como finalidade a obtenção de informações mais gerais, sobre as pesquisas científicas, educação ambiental e o turismo, não contidas no folder e no site.

A NATUREZA EM PAUTA

Essa seção abarca a noção de natureza e suas implicações, sendo a natureza possuidora de várias visões; elemento da barbárie e paraíso perdido. Essas duas visões foram construídas, de acordo com os interesses e da relação que os seres humanos estabelecem com a natureza,

Gonçalves ao discorrer a maneira como é percebida a relação entre a

sociedade e a natureza, revela que:

“Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelo ser humano. Constitui um dos pilares através do qual os homens e as mulheres erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura” (GONÇALVES, 2000. p. 23).

Ao falar de natureza, fundamentado nesse autor, não se fala apenas dos animais, das plantas, dos rios, das montanhas, das planícies, dos vales, das rochas, das cachoeiras, etc, mas também do ser humano, sendo este parte da natureza, das maneiras como as pessoas vêem esse enumerado de coisas e como essas pessoas se relacionam com a natureza. E conforme declara Carvalho (2003), a maneira como as pessoas vêem e se relacionam com o meio ambiente, está integrada a um conceito criado pelo próprio ser humano.

Na primeira visão, a natureza, pode ser vista como algo a ser dominado, conquistado e submetido ao ritmo da produção capitalista, para ser usada como um instrumento para o desenvolvimento econômico, já que o capitalismo utiliza os recursos naturais provenientes da natureza como fonte de matéria prima, para que cada vez mais se criem novas tecnologias.

O paradigma cartesiano caracterizado pela ruptura com o tradicional e valorizando a racionalidade, cria uma dicotomia entre matéria e espírito, sujeito e objeto, e ser humano e natureza. Com isso, pode-se dizer que a natureza é

entendida como uma oposição à cultura, ou seja, tudo aquilo que é feito pelo ser humano é classificado como artificial e o que pertence a natureza é natural. E ao seguir o raciocínio dessa visão, o ser humano não faz parte da natureza, torna-se deste modo, oposto e sujeito que conquista e domina, enquanto a natureza é o objeto de dominação e estudo sendo, portanto, dividido, esquarterjado, assim, serão revelados todos os mistérios.

Segundo Gonçalves, nas sociedades ditas modernas e contemporâneas, “a cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza” (GONÇALVES, 2000, p.25). A partir de então, surgem duas questões: a primeira, no momento em que o ser humano denominou o que é natural e o que é artificial, separando-os, causa uma discussão, ou seja, o natural denominado pelo ser humano deixa de ser natural, ou seja, o conceito de natureza não é natural, é criado e instituído pelo ser humano. E a segunda, é que, só porque o ser humano possui o pensamento sistematizado é tido como mais evoluído, justificando a superioridade e a dominação.

Usando o exemplo citado por Carvalho, para ilustrar melhor a questão do que é natural e do que é artificial, o autor descreve que

“uma árvore que foi plantada no pátio de uma escola será sempre denominada como natural. No entanto, essa mesma árvore ao ser convertida em uma escrivaninha, ela não só deixa de ser árvore, mas, também, deixa de ser natural. Pode-se considerar que não existem diferenças entre a árvore e a escrivaninha, pelo menos sob o ponto de vista de suas origens. Ambas são fruto da mesma natureza e só existem devido ao trabalho

de alguém: o trabalho de se fazer à escrivadinha e o exercício de se plantar a árvore no pátio da escola. Contudo, termina o autor, elas são iguais e são ao mesmo tempo diferentes, podendo ser ressaltado as semelhanças ou as diferenças dependendo das convenções e conveniências de cada indivíduo” (CARVALHO, 2003, p. 10).

Na segunda visão, a natureza se apresenta como o paraíso perdido o jardim do Éden do Antigo Testamento da Bíblia do Cristianismo. De onde Adão e Eva foram expulsos. Assim, há uma projeção na natureza desse paraíso perdido, fazendo com que haja uma apreciação e valorização da natureza por sua beleza. Reforça-se a idéia de contemplação das belezas naturais, pois, a natureza possui uma beleza cênica, isto é, uma beleza que é para ser reverenciada e, também, passa a idéia de que deve ser assistida como a um teatro. A natureza é o espetáculo e o ser humano é o espectador.

Acabamos de elucidar, as principais visões e entendimentos de natureza que a partir delas justificam e defendem a preservação da natureza em Unidades de Conservação, como por exemplo, os parques onde não é permitida a presença de moradores no seu interior. Pois assim, torna-se mais evidente que as pessoas ao freqüentarem essas áreas preservadas, se sintam como se estivessem entrando num verdadeiro santuário buscando paz de espírito.

O OLHAR SOB O FOLDER E O SITE

Nessa seção recorre à análise dos materiais de divulgação do PARQUE, descrevendo-o e narrando a importância deles como meios de comunicação e

informação. Assim, julga-se necessário, em alguns momentos, a transcrição de alguns textos do folder³ e do site⁴. Eles reforçam o apelo ao estético e ao belo, sendo que este apelo, também, é um propósito da propaganda. Segundo Cláudio, “representa e apresenta uma espécie de mundo maravilhoso, como se houvesse outra realidade que distrai os cidadãos e os desvia de sua ação cívica” (CLÁUDIO, 2006 p.3), essa realidade pode ser caracterizada como espetacularizada e, assim, o espetáculo toma o lugar da realidade.

Esses materiais de propaganda, o folder e o site, podem ser chamados de “meios de comunicação visuais de massa, seguem regras de uma mídia já espetacularizada e estetizada pelo forte apelo da imagem” (CLÁUDIO, 2006, p. 4). Ao pensar sobre o tratamento dado por esses meios de comunicação às questões ambientais, especificamente, pode-se dizer que esta “sinaliza uma forma espetacularizada, enfocando e enfatizando uma relação entre ser humano e natureza distante e indicando uma natureza intocada, não presente no cotidiano dos indivíduos” (CLÁUDIO, 2006, p. 5).

A imagem divulgada por esses materiais de divulgação, se enquadra em um discurso otimista, tendendo a apresentar virtudes naturais a semelhanças dos grandes espetáculos, fenômenos coloridos e grandiosos (CLÁUDIO, 2006, p.5).

⁴O folder é uma forma de impressão publicitária, podendo ser ilustrativo.

⁵O site é considerado o “caminho de acesso mais popular, devido ao número dos seus utilizadores. Os sites consistem numa rede onde é armazenado um conjunto de dados multimídia.” (SARMENTO, 2004, p. 119). Dessa forma muitas informações podem ser encontradas na internet. E, nesse contexto da WWW, é importante à verificação da veracidade das informações, pois de acordo com Sarmento (2004), esses meios de comunicação têm seu caráter efêmero, tendo seus conteúdos transformados continuamente, pois os links são constantemente adicionados ou apagados sem que haja um registro centralizado destas operações, porque não há um controle sobre a rede.

Discorrendo sobre o folder, este tem como título: ***Parques de Minas***, e contém informações a respeito dos Parques Estaduais de Minas Gerais, localizando-os em um mapa juntamente com os municípios abrangidos. Este folder possui sete pequenos textos explicativos: ***Unidade de Conservação; Categorias de Unidades de Conservação; Apostando na Vida; Muitas das belezas de Minas Gerais são encontradas em Parques. Conheça e Preserve esse Patrimônio; PROMATA-MG; Projeto DOCES MATAS; O IEF - MG.*** Na descrição sobre os parques foi escolhido apenas o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

No primeiro e no segundo texto, ***Unidades de Conservação*** e ***Categorias de Unidades de Conservação*** contém uma breve explicação do que é Unidade de Conservação, uma definição retirada do Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC, mostrando as categorias das unidades tanto de Proteção Integral e do Uso Sustentável, com respectivos objetivos.

O terceiro texto possui como título: ***Muitas das belezas de Minas Gerais são encontradas em Parques. Conheça e Preserve esse Patrimônio***, e como subtítulo: “Os parques são patrimônios das comunidades e têm como objetivo a preservação dos recursos naturais e, por isso, há regras básicas de comportamento que devem ser observadas”. Também este é encontrado no site do IEF - MG no endereço eletrônico: <http://intranet.ief.mg.gov.br/parques/parques.asp>.

Com esse título e subtítulo podem ser feitas algumas reflexões, pois quando há referência sobre os parques com os dizeres: *são patrimônios das comunidades*, surge uma questão; será que a palavra comunidade deve ser interpretada como humanidade? Ou será que a comunidade referida pelo autor do texto é

a comunidade do entorno? Partindo dessa discussão de ser a comunidade do entorno, aparecem outras duas questões, a primeira questão é porque passa a idéia que as populações locais têm uma relação harmônica com as Unidades de Conservação, fato que nem sempre acontece, porque muitas vezes a população do entorno não é consultada no processo de criação, salvo raras exceções, e uma delas é o caso do PARQUE.

E o que ocorre, também, é a desinformação das populações locais sobre o processo de criação e implantação de uma Unidade de Conservação, sobre o que são Unidades de Conservação e Parques. Mas esse desconhecimento das populações não é culpa delas, já que é uma decisão do Estado e de um pequeno grupo que irá se beneficiar com tal fato.

A segunda questão é como se essas Unidades de Conservação fizessem parte do cotidiano dos moradores do entorno dessas áreas. Ou seja, muitos dos moradores do entorno não freqüentam essas áreas de proteção ambiental.

Logo abaixo há transcrição das regras básicas de comportamento, e ao ler essas regras pode ser percebido que, de acordo com a Lei 9985/2000, essas áreas são criadas com intuito de preservação, não havendo, portanto, um uso exploratório da área. Dessa forma, essas regras reforçam a idéia de que esses lugares são para o isolamento e contemplação, e as pessoas que freqüentam buscam paz de espírito. Assim, segue abaixo a transcrição:

“Nada se leva de um parque, animais, plantas, rochas, frutos, sementes e conchas encontradas no local fazem parte do ambiente e aí devem permanecer. Caçar, pescar e molestar

animais silvestres é crime previsto em lei. Os animais precisam buscar seu próprio alimento para manter o ciclo de vida natural. Alimentá-los é um hábito prejudicial. As áreas de visitação pública, no interior dos parques, são restritas, normalmente, estão sujeitas aos horários definidos. Animais domésticos podem causar problemas, como a introdução de doenças e ameaças ao ambiente natural. É proibido, por isso, sua entrada nos parques. Todo o lixo deve ser coletado e depositado onde for indicado pela administração do parque” (FOLDER, 2006).

No quarto texto, ***Apostando na Vida***, há uma descrição da importância do contato com a natureza para a nossa vida. E ao caminhar, fazer uma trilha, tomar banho de cachoeira, observar as montanhas dessa forma, a vida se torna mais agradável. No final do texto, há um incentivo para o desfrutar da natureza, principalmente nas Unidades de Conservação. Observa-se, que há um oferecimento da natureza como mercadoria, ou seja, há uma venda do que é apresentado como áreas naturais, denominado pelo próprio ser humano em oposição à cultura, e que na realidade são espaços tecnificados. E mais uma vez, reforça-se a idéia que estas áreas não estão livres da ação do capitalismo. E, assim, ficam as perguntas, proteger para quê? Para quem? Com qual finalidade? Quem realmente estaria aproveitando dessas áreas? Desse modo segue a transcrição:

“Caminhar. Andar por trilhas com árvores centenárias e conhecer suas histórias. Tomar um gostoso banho de cachoeira.

Ouvir o canto dos pássaros. Acampar. Do alto de um mirante, observar as montanhas e sentir-se dono do mundo. Ter um contato mais próximo com os animais, que, além de raros, despertam o interesse por sua maneira específica de ser: Desfrutar de lugares paradisíacos escutando o barulho das águas...”

Tudo isto torna a vida mais agradável e prazerosa. No entanto, devemos estar cientes de que é preciso cuidar... Conservar para não perder... Experimente esta receita e desfrute do que a natureza pode lhe proporcionar.

As instituições de proteção ambiental foram criadas, objetivando administrar e conservar os recursos naturais, garantindo, assim, a sobrevivência das espécies, inclusive a humana.

Este folheto proporciona um conhecimento de parte do nosso trabalho em prol do meio ambiente no Estado de Minas Gerais. Visa despertar o desejo de conhecer de perto nossos parques, e, ao conhecê-lo, descobrir que, conservando a biodiversidade, estaremos buscando um melhor ambiente para todos nós (FOLDER, 2006).

No folder há identificação de dois projetos que atuam ou que atuaram em Unidades de Conservação: o **Promata-MG** Projeto de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais e o **Projeto Doces Matas**.

O Promata-MG, tem como objetivo promover ações de proteção, recuperação, fiscalização, monitoramento, prevenção de incêndios e uso sustentável da

Mata Atlântica em Minas Gerais. O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável (SEMAD), conta com o apoio da Cooperação Financeira do Governo Alemão, que por meio desta parceria deverão ser aplicados até o ano 2007 o valor de 7.6 milhões de EUROS pelo Governo Alemão e em contrapartida, o mesmo valor será destinado pelo governo de Minas Gerais, através da SEMAD e do IEF – MG (FOLDER, 2006).

O Projeto Doces Matas, é um projeto para Conservação e Manejo dos Recursos Naturais na Mata Atlântica de Minas Gerais que recebeu este nome por ter sido desenvolvido em algumas áreas remanescentes da Mata Atlântica, na bacia do Rio Doce. Esse projeto, também, contou com a cooperação técnica do Governo da Alemanha, que buscou assegurar, de forma participativa, a preservação da biodiversidade nas Unidades de Conservação e o desenvolvimento sustentável em seus entornos (FOLDER, 2006).

Conforme percebemos, os dois projetos receberam um incentivo muito grande do governo Alemão para as Unidades de Conservação brasileiras. Dessa forma, nota-se que o Brasil por ser reconhecido, num contexto mundial, por suas florestas e conforme Cláudio, “a imagem feita da natureza brasileira é quase sempre a de um país a descobrir, como se existissem apenas flora, fauna e riquezas naturais, longe das pessoas” (SODRE, 19997 Apud CLAUDIO, 2006, p. 5). Assim, surgem algumas perguntas: quem deve ser responsável por proteger a natureza? Por que há grandes financiamentos de projetos, envolvendo muito dinheiro? E, principalmente, recursos estrangeiros? Qual a noção de natureza que os países da Europa e os Estados Unidos possuem? Será que esses

países preservam o meio ambiente?

E por fim, o último texto, que se refere ao **IEF - MG** que trás apenas a explicação sobre o que venha a ser o IEF - MG, e juntamente a isso, suas linhas de ações.

“É uma autarquia do Governo de Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Dentre as linhas de ação, destacam-se: A proteção da biodiversidade; o desenvolvimento florestal sustentável; o monitoramento e controle da cobertura florestal e uso do solo; o desenvolvimento da pesca e aquíicultura; o licenciamento e fiscalização de atividades agrossilvipastoris; a promoção da educação ambiental” (FOLDER, 2006).

No que se refere ao PARQUE, há informações sobre os dias e o horário das visitas, a infra-estrutura que possui, como se chega ao PARQUE, partindo da capital mineira e as belezas naturais. Essas informações também são encontradas no site.

A infra-estrutura foi construída em parceria com o projeto Promata-MG, sendo eles: alojamento, casa de apoio, casa de hóspede, casa institucional e centro de visitantes. O alojamento é para os pesquisadores e a casa de apoio que serve de almoxarifado e lanchonete. Sendo que todas fazem parte do centro administrativo do PARQUE, que estão localizados na antiga Fazenda da Neblina.

A casa de hóspede abriga os visitantes que vão passar alguns dias no PARQUE, tendo uma capacidade para catorze pessoas, as casas institucionais são

as residências de alguns funcionários e do administrador e por fim, a sede administrativa ou centro de visitantes é onde as pessoas marcam suas visitas de acordo com seus interesses. Podendo ser para conhecer, visitar, desenvolver pesquisas ou realização de atividades de Educação Ambiental com estudantes de escolas públicas, particulares ou até mesmo estudantes de ensino superior, fazendo trilhas interpretativas.

As infra-estruturas apresentadas pelo folder são: uma portaria, centro de visitantes, auditório, estacionamento, restaurante, vestuário e mirante. Já no site, as infra-estruturas oferecidas pelo PARQUE são: um centro de pesquisa, posto da polícia ambiental, laboratório, alojamento para pesquisadores, centro administrativo e de educação ambiental, residências para funcionários e administrador, e a antiga construção colonial, foi transformada em casa de hóspede.

Foi observado que as informações recorrentes as infra-estruturas do folder e do site são incoerentes, uma explicação para o fato é que o folder é de uma data mais antiga e algumas das infra-estruturas ainda não foram construídas, demonstrando que há um planejamento para tal ação, como por exemplo, a construção do restaurante.

Como vimos, é necessário construir uma boa infra-estrutura para que a realização de atividades relacionadas tanto com as pesquisas quanto com as visitas que incluem ações de Educação ambiental e recreações, requer o mínimo de conforto, um lugar para dormir, com banho quente e um espaço para as refeições.

O PARQUE, por ter sua criação recente, ainda necessita de alguns detalhes para finalizar o plano de manejo, além de possuir pouca infra-estrutura, confor-

me afirma o gerente do PARQUE. Assim, estão permitindo, por enquanto, apenas pesquisa e visitação de escolas. Isso porque a equipe é pequena e a infraestrutura também. Na maioria das vezes, os turistas vão por conta própria, num sentido que não são marcados na sede administrativa os passeios, dessa forma, não há controle em relação ao número de turistas que freqüentam o lugar e, também, não há informações sobre qual é o período mais freqüentado pelos turistas. Uma idéia que tem sido muito discutida é que os moradores do entorno fiquem responsáveis por uma parte do turismo, devido ao fato das cachoeiras, lugares mais procurados pelos turistas e visitantes, ficarem fora dos limites do PARQUE, esse fato foi detectado pelo pré-manejo, um levantamento dos atrativos naturais e turísticos do PARQUE.

Uma informação valiosa revelada pelo gerente do PARQUE é que não há uma preocupação efetiva com a propaganda devido ao fato de ainda faltar alguns detalhes para encerrar o plano de manejo. Entretanto, foram feitos o folder e o guia de turismo ecológico. O local não possui um programa específico de educação ambiental, mas de acordo com o responsável, há um grande incentivo para a iniciativa das escolas visitarem o lugar.

E as belezas naturais do PARQUE, descrita no site e no folder, são muitas, pois

“a paisagem formada por montanhas, vales, chapadas e encostas, proporcionando a formação de diversos cursos d’água, que abastecem as bacias dos rios Paraíba do Sul e Doce. A Mata Atlântica, intercalada com os campos de altitude e afloramento rochosos, forma um exuberante cenário e abriga espécies ameaçadas de extinção, como o Sauá, o Mono-

carvoeiro o maior primata das Américas, a Onça-pintada, Jaquatirica, o Sapo-boi, aves como Pavó, o Papagaio-do-peito-roxo, a Araponga, e espécie vegetais como Bromélia, Orquídeas, Cedro, Candeia, Palmito doce. O Pico do Boné (o nome é devido ao formato, que, dependendo da posição que se olha, assemelha-se a uma boina) é o terceiro ponto mais alto do PARQUE” (FOLDER, 2006 e o site http://www.ief.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=197&Itemid=146).

As imagens fotográficas do PARQUE, contida no site, trazem a idéia de natureza intocada, esse mito moderno muito criticado pelo Diegues. Pois o que vemos nas fotografias, do site do IEF - MG, demonstrada a cima, são as belas paisagens, muito verde com lindíssimas cachoeiras, montanhas exemplificando os mares de morro de Minas Gerais, que possui muitos significados, e um deles é: “o ar puro das montanhas”.

As fotografias são imagens, representações, pois elas capturam, aparentemente, o que verdadeiramente “está lá” (SARMENTO, 2004, 111) e cristaliza essa paisagem, reduzindo ao belo e ao estético, pois trazem uma imagem do PARQUE que fosse somente uma paisagem bonita, ignorando toda uma história de criação, e de laços dos moradores do entorno. Dessa maneira, as fotografias moldam a forma como as pessoas vêem e percebem os objetos (...) (SARMENTO, 2004, p 112).

Essas fotografias muitas vezes são associadas ao turismo, sendo usadas como recursos e instrumentos de propaganda. Para isso, o fotógrafo sempre busca a melhor vista, no melhor ângulo, e conforme Sarmento “os ângulos da máquina e as técnicas profissionais exibem e criam expectativas vividas do

alojamento turístico e das maravilhas das paisagens”. Dessa forma, as fotografias mexem com o íntimo das pessoas, e assim, há uma recordação da infância, ou de algo que viveu podendo ser uma lembrança agradável, ou seja, “as pessoas se sentem ligadas a fotografias porque elas as impressionam” (LOWENTHAL, 1985 apud SARMENTO, 2004, p 111).

MAS O QUE É UM PARQUE?

Parque é uma categoria de Unidade de Conservação definido pelo (SNUC). Segundo o art2º, I§, da Lei 9985/2000, as Unidades de Conservação são:

“Espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes. Legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

O SNUC é um regulamento que foi instituído no ano 2000, pela lei 9985 de 18 de julho de 2000. E, de acordo com o art1º da lei 9985/2000, estabelece instrumentos, critérios e normas para a criação implantação e gestão das Unidades de Conservação. E, também, define as categorias e as formas de manejo, consolidando a estrutura normativa relativa às Unidades de Conservação no Brasil.

O SNUC, de acordo com o art 4º da lei 9985/2000 tem como objetivos:

“Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas

jurisdicionais; Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; Promover a utilização dos princípios e das práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; Proteger as paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; Proteger as características relevantes de natureza geológicas, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisas científicas, estudos e monitoramento ambiental; Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo as social e economicamente” (BRASIL, 2000).

O art7º, do capítulo III da mesma lei, explicita a divisão da Unidade de Conservação em dois grupos: Unidade de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável. O primeiro é composto por cinco categorias: Estação Ecológica⁵;

⁵A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

Reserva Biológica⁶; Parque Nacional, Estadual ou Municipal; Monumento Natural⁷; e Refúgio da Vida Silvestre⁸. Sua principal característica é a proteção total dos recursos naturais, permitindo, apenas o uso indireto, não exploratório como recreação e pesquisa científica, dos recursos naturais, com exceção dos casos previstos na lei.

Já o segundo grupo se caracteriza pela possibilidade do uso direto. As populações humanas podem morar, explorar e cultivar os recursos naturais locais de forma sustentável, as terras podem ser particulares ou pertencentes ao governo. Esse grupo é constituído pelas categorias: Áreas de Proteção Ambiental⁹; Área de Relevante Interesse Ecológico¹⁰; Floresta Nacional¹¹; Reserva Extrativista¹²; Reserva de Fauna¹³; Reserva de Desenvolvimento Sustentável¹⁴

⁶A Reserva Biológica tem por finalidade a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

⁷O Monumento Natural visa preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

⁸O Refúgio da Vida Silvestre tem como finalidade proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécie ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

⁹É uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

¹⁰É uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

e Reserva do Patrimônio Natural¹⁵.

No que se refere especificamente aos parques, sendo o foco desta pesquisa, julga-se bastante importante à transcrição de todo o artigo 11 da lei 9985/2000.

Art 11. O parque tem como objetivo básico a preservação do ecossistema natural de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O parque nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

¹¹É uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e pesquisa científica, com ênfase em métodos para a exploração sustentável de florestas nativas.

¹²É uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

¹³É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequada para estudos técnicos científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.

¹⁴É uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

¹⁵É uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições de restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Municipal. (BRASIL, 2000)

Nessa transcrição do artigo 11, nota-se que em sua própria definição e juntamente com seus objetivos, a existência de contradições, revelada por permitir a utilização privilegiada para pesquisa e turismo. E, também, por apresentarem os ambientes como naturais, ou seja, os ambientes tornam-se culturalizados pela simples presença humana. É própria da condição de parque a exigência da visibilidade, por isso, em sua condição de natureza selvagem intocada, não fica imune ao olhar, e a presença humana também ocorre nas ações decorrentes de tais atividades.

Contudo, para a realização das atividades é preciso construir alojamentos para abrigar os pesquisadores, os visitantes e turistas, construir, também, restaurantes, banheiros, estacionamento e outros. Ou seja, é necessária a construção de infra-estruturas para melhor receber as pessoas que queiram freqüentar

os parques, construindo, assim, um grande equipamento para consumo da natureza. Sendo esta possuidora de grande riqueza, se torna um objeto não apenas visual, mas, um objeto que é transformado em mercadoria.

É nesse sentido que no PARQUE foi construída a infra-estrutura, com a ajuda de investimentos estrangeiros. Essas informações vão de encontro ao que o autor Henrique (2004) pensa ao afirmar que essas áreas de proteção ambiental, por exemplo, parques e reservas são áreas altamente tecnificadas, criadas com um determinado fim. Ou seja, criadas para serem apresentadas como espaços totalmente naturais, e assim, valorizar o contato com as áreas de preservação ambiental.

Essa aproximação com a natureza, ou melhor, com uma idéia de natureza, é moldada pelos interesses do capitalismo sob sua dinâmica. Ou seja, a lógica do capital é tão intensa que nem mesmo a criação das Unidades de Conservação consegue ficar livre dessa dinâmica, onde o capital utiliza todos os meios para continuar mantendo sua hegemonia, e assim, se apropria da natureza a sua maneira. E a natureza passa a ser associada a equipamentos e objetos cada vez mais técnicos. E, de acordo com Henrique,

“a sociedade capitalista consumista, que valoriza a satisfação individual, a natureza se torna um mero artifício, substrato, objeto, que fica totalmente imbricada de valor monetário, financeiro, adquirindo um caráter mundano, atrelado a um mundo movido por um motor hegemônico, o capitalismo” (HENRIQUE, 2004, p. 66).

COMO SURTIU A IDÉIA DE SE CRIAR O PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO?

Para responder a essa pergunta será necessário fazer um resgate histórico. De acordo com Bonfim (2006) a área que hoje é o PARQUE, como toda a Zona da Mata, era uma região com uma densa cobertura vegetal, terrenos montanhosos e íngremes. E, com essas características, o lugar era isolado, pois eram poucos os que conseguiam chegar a essa região. Tanto que, apenas no século XVIII, com a descoberta de minérios, principalmente, ouro na região, começaram a chegar muitas pessoas para trabalhar nas mineradoras, e dessa forma, toda a Zona da Mata foi colonizada por exploradores de minérios, de madeira e de mão de obra escrava. A partir do início do século XIX, a área foi bastante desmatada, para a produção do café.

Essa colonização, que não se diferencia do processo que ocorreu em outras regiões do Brasil, conforme relata Bonfim (2006), favoreceu a grande derrubada de grandes extensões da cobertura vegetal, principalmente, com instalação da empresa siderúrgica Belgo-Mineira que desde os anos 50 utilizava a madeira da área para alimentar seus altos fornos. Contribuindo, ainda mais, para a redução tanto vegetal quanto da fauna. Esse episódio foi um dos principais motivos para a criação do PARQUE.

A intenção de se criar o PARQUE remonta à década de 1970, sendo concretizado com a promulgação do decreto nº 38.319, de 27 de setembro de 1996, através do Governo do Estado lhe deu origem legal, com uma área de 13.210 há. Abrangendo os municípios de Araponga, Miradouro, Muriaé, Divino, Fervedouro, Sericita, Ervália e Pedra Bonita (Fig 1).

Em 1993, o IEF – MG deu início aos estudos para implantação do PARQUE, contratando para isso, serviços de Faculdade de Filosofia e Letras de Carangola – FAFILE/UEMG e o Departamento de Biologia Animal da Universidade Federal de Viçosa - UFV para efetuarem os levantamentos do meio físico. (Anais do Simpósio, 2000, p. 02).

Conforme o anais do simpósio, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA_ZM em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios do entorno – STR, a Comissão Pastoral da Terra da CNBB, do Pólo Regional da FETAEMG e dos estudantes e pesquisadores da UFV, iniciaram uma articulação com a comunidade local, buscando o esclarecimento de dúvidas e pleiteando-se junto ao IEF – MG, mecanismos para a participação dos moradores do entorno no processo de criação do PARQUE.

Durante essa etapa, foi realizado um levantamento socioeconômico, em uma parceria entre o CTA_ZM, os STR e a UFV. Com todos esses estudos e levantamentos em mãos, foram feitas sucessivas reuniões até ser estabelecida a criação do PARQUE, o próximo passo, com as mesmas preocupações e sem deixar de lado as expectativas da população do entorno, seria a elaboração do Plano de Manejo. (Anais do Simpósio, 2000, p. 03).

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, de acordo com Machado (2005), por possuir limites definidos formam verdadeiras áreas fragmentadas, ou como prefere Diegues (2001), ilhas de grande beleza. Deste modo, o PARQUE se constitui como um espaço onde se preservam os últimos remanescentes da Mata Atlântica em Minas Gerais. Além de apresentar espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. (Anais do Simpósio, 2000).

Localizado na parte mais elevada da Zona da Mata de Minas Gerais, é um prolongamento da Serra da Mantiqueira e da Serra do Caparaó. Essa área corresponde ao Domínio de Mata Atlântica, porém há presença de campos de altitudes e afloramento rochosos. Possui um regime pluviométrico caracterizado por um período chuvoso nos meses mais quentes e por um período mais seco de maio a setembro, com precipitação bastante elevada. E os cursos d'água deságuam nas bacias dos Rios Paraíba do Sul e do Rio Doce. (Anais do Simpósio, 2000). De acordo com o site do IEF - MG: <http://intranet.ief.mg.gov.br/parques/brigadeiro/brigadeiro.asp>, o PARQUE é considerado como um paraíso botânico, por constituir um ecossistema rico em espécies vegetais.

PORQUE CRIAR UM PARQUE?

A difusão de Parques no mundo ocidental ocorreu com a implantação nos Estados Unidos, no ano de 1872, do Parque Nacional de Yellowstone. A área onde se localiza o parque é bastante conhecida pelos seus habitantes: os ursos pardos, para ser criado foi preciso que o presidente dos Estados Unidos comprasse a área que antes era habitada, de acordo com Diegues, pelos Índios Shoshones, o que ocasionou vários conflitos e guerras sangrentas entre o chefe de Estado e a população indígena local, ocasionando mortes, quase que total, destas comunidades indígenas. Todo esse conflito foi para reservar grandes áreas naturais a disposição das populações urbanas para fins de recreação. Nesse sentido, o Parque veio acompanhado com a noção de *Wilderness*, que significa vida natural e selvagem. Tanto é que, logo após esse fato e a expansão das fronteiras para o oeste, houve a consolidação da urbanização e do capitalismo

americano.

Conforme Vallejo (2002), no processo de criação do Parque Nacional de Yellowstone, prevaleceu uma perspectiva preservacionista que via nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços da natureza de grande beleza contra os efeitos deletérios do desenvolvimento urbano-industrial. Essa perspectiva preservacionista visava reverter às consequências geradas pelo capitalismo sobre o oeste americano, que sofria os efeitos da mineração sobre rios e lagos. Dessa forma, qualquer intervenção humana na natureza era vista de forma negativa. Desconsiderava-se que os índios que ali moravam tinham vivido em harmonia com a natureza por milhares de anos. Para os preservacionistas americanos, todos os grupos sociais eram iguais e a natureza deveria ser mantida intocada das ações negativas da humanidade.

O parque foi criado para que as pessoas, ao fugir da cidade pudessem apreciar e reverenciar a natureza, pois, esses atributos cênicos, tinham um significado histórico e uma potencialidade para as atividades de lazer, assim, “esse parque é tido como um lugar sagrado para a nação e é onde se procura um isolamento e contemplação. É uma descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil e da intimidade, da beleza e do sublime.” (CORBIN, 1989 apud DIEGUES, 2001, p. 24).

Diegues critica essa visão afirmando que é sobretudo romântica, enraizada no século XIX, que procurava identificar a natureza como selvagem (*wilderness*) sendo ameaçada pela civilização urbano-industrial. Esta civilização é vista como destruidora da natureza. O autor, se respalda no conceito usado por Callicot, afirma que o “significado de *Wilderness* produz uma idéia que reforça a separa-

ção entre ser humano e a natureza, e tal dicotomia é preocupante, porque desenvolve sempre que possível, um enfoque da proteção ambiental, que desprezam os seres humanos que vivem em certa harmonia com o meio ambiente”. (DIEGUES, 2001, p.35-6).

AS CORRENTES DE PENSAMENTO: CONSERVACIONISMO E PRESERVACIONISMO

Nessa subseção pretende-se explicitar, ainda que brevemente, as correntes ideológicas¹⁷ do conservacionismo e do preservacionismo, que muito influenciaram e ainda influenciam as discussões no que se refere à proteção ambiental.

Discorrendo um pouco sobre o conservacionismo surge para alertar a população mundial contra o consumo exagerado, acarretando problemas como lixo, a exaustão das matérias primas, e com isso, gerando um maior desmatamento, poluição e contaminação da água e do ar. Não obstante, percebe-se uma necessidade de se propor uma reflexão crítica sobre o uso dos recursos naturais. Nesse sentido, é necessário que a população mundial reflita como vem se construindo a sua relação com a natureza, que tem como alicerce a lógica capitalista onde o importante é o modo de produção e o consumo.

Um dos principais colaboradores dessa corrente foi Pinchot, citado por Diegues, que criou o movimento de conservação dos recursos, apregoando o seu uso racional. Na verdade, segundo Diegues, Pinchot agia dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria, de forma a acelerar os

¹⁷Este termo, utilizado neste trabalho, se fundamentou em Diegues quando ele se refere ao preservacionismo e conservacionismo como as bases ideológicas de grande importância no contexto das criações das Unidades de Conservação.

processos de manejo. Percebia, então, o meio ambiente como fonte de lucro e de prosperidade. Dessa forma, ele entendia que era necessária a conservação dos recursos para que o uso prolongado fosse garantido, propondo, um uso dos recursos naturais que não se baseasse no consumismo. Dessa maneira, os conservacionistas elaboraram três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos para benefício da maioria dos cidadãos. E não simplesmente o lucro de uma minoria. O conservacionismo ampara a idéia de desenvolvimento sustentável.

“E foi um dos primeiros movimentos teóricos práticos contra o ‘desenvolvimento a qualquer custo’ a grande aceitação desse enfoque reside na idéia de que se deve procurar o maior bem para o benefício da maioria, incluindo as gerações futuras, mediante a redução dos dejetos e da ineficiência na exploração e consumo dos recursos naturais não renováveis, assegurando a produção máxima sustentável” (DIEGUES, 2001, p.29).

A influência dessa corrente foi marcante, pois esteve presente no debate dos ecodesenvolvimentistas, na década de 1970, como também, no centro dos debates das conferências de Estocolmo e na Eco-92.

No que se refere ao preservacionismo, segundo Diegues foi John Muir, o teórico mais importante do preservacionismo. Para ele os animais, as plantas, as rochas e até as águas eram fagulhas da alma divina que permeava a natureza. As idéias desse autor ganharam apoio científico da Historia Natural, em particular na teoria da evolução de Charles Darwin. “O livro Sobre a Origem das Espécies, publicado no ano de 1859, colocava o ser humano de volta na nature-

za tornando-se fonte importante do ambientalismo e da estética ambiental” (DIEGUES, 2001, p.31). É como Carvalho (2003) declara: que a teoria de Darwin sobre o processo evolutivo e a seleção natural é uma síntese da nova idéia de natureza. Isso numa época de consolidação da sociedade comandada pela burguesia numa fase de consagração das indústrias.

A idéia de preservação pura da natureza, num sentido em que não haja presença humana no interior de algumas Unidades de Conservação, se desenvolve pelo fato de o ser humano ser visto como o maior causador de toda a destruição e degradação do meio ambiente. Assim, é preciso que se proteja a natureza do próprio ser humano, criando verdadeiras ilhas de proteção ambiental. Obedecendo a uma visão cartesiana, antropocêntrica, que se ampara na efígie onde o meio ambiente é tudo que está ao redor do ser humano, percebe-se que o ser humano está no centro, como o senhor dominador da natureza, ressaltando os interesses do capital.

A visão dos preservacionistas, não vê o valor das populações humanas que residem nessas áreas protegidas como uma forma de gerar e garantir a biodiversidade, uma vez que são retiradas as populações locais para que se implantem e criem as Unidades de Conservação, que são verdadeiras áreas fragmentadas de grande beleza e com valor estético que conduzem o ser humano a meditação, nas maravilhas da natureza intocada e intocável. Com isso, reforça-se que eles possuem uma visão reducionista ignorando os problemas de caráter político, social e econômico na criação de Unidades de Conservação.

Ambas as correntes visam à proteção do meio ambiente, porém cada uma com a sua especificidade. O conservacionismo difere do preservacionismo na

medida em que possibilita o manejo dos recursos naturais para a subsistência, enquanto o preservacionismo preocupa com o isolamento do meio natural. Assim, há uma compreensão que esta corrente é seletiva na medida em que privilegia as áreas que são esteticamente atrativas, de acordo com os valores ocidentais. “Áreas como brejo e pântano não têm o mesmo valor para a preservação por não apresentarem a mesma beleza sublime” (DIEGUES, 2001, p.35), e que “as escolhas sobre o que preservar como preservar, onde preservar também, não está isenta de lutas e relação de poder” (VESSENTINI, 1989, p. 55).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os meios de comunicação e, principalmente, a propaganda usam o apelo sensacional para o cumprimento de seu objetivo, que é o de chamar a atenção das pessoas a fim de que elas conheçam e se interessem pelos produtos oferecidos por tais propagandas. Deste modo, os materiais de divulgação do PARQUE, não fogem a regra, pois colocam a natureza como um produto, uma mercadoria, assim, ela é transformada em objeto de consumo.

Esses materiais de divulgação, para atingir essa finalidade, criam uma imagem do PARQUE que são as lindas paisagens colocando-o como se fosse somente belezas naturais, abrigo das espécies vegetais, fazendo deste um verdadeiro paraíso botânico, e refúgio de espécies de animais em extinção, conforme está descrito no folder e no site.

Essa imagem criada do PARQUE é bastante distante da realidade, pois, criam outro mundo, que é espetacularizado e de pura beleza, ou seja, mundo maravilhoso, onde não há conflitos, disputas de interesses e de poderes. No

entanto, a própria criação do PARQUE foi um jogo de interesses e de poderes. Os materiais de divulgação parecem não se preocupar com a história de criação do próprio PARQUE, dos moradores do entorno e da organização deste enquanto movimentos sociais e sindicais.

O folder e o site exploram as belezas naturais, veiculando uma idéia de natureza perfeita e que as áreas de proteção do meio ambiente são naturais, dessa forma, recorro às citações de Carvalho e de Henrique, pois esses autores, respectivamente, buscam a definição de natural e afirmam que essas áreas de preservação são áreas “altamente tecnificadas”.

As Unidades de Conservação reforçam a dicotomia entre o ser humano e a natureza, não só no plano das idéias, mas fisicamente, pois em algumas dessas áreas não são permitidos moradores em seus interiores, determinando por meio de uma lei quais as ações que podem ser desenvolvidas. Dessa forma há um privilégio, em determinadas ações como a pesquisa e o turismo, além disso, essas áreas têm a possibilidade de receber recursos financeiros tanto do Governo Brasileiro quanto de governos estrangeiros, percebe-se, então, que essas áreas são criadas com outros fins, não sendo somente para a proteção da biodiversidade.

Umas das justificativas para a criação dessas áreas é que o ser humano é responsável por toda a degradação e depredação ocorrida no meio ambiente, mas, como vimos, são as ações subordinadas ao capital que em nome do desenvolvimento econômico e do progresso, desenvolvem cada vez mais novas tecnologias. Essa justificativa só é possível com a separação do ser humano da natureza, que conforme Gonçalves, o ser humano ao vencer as forças da natu-

reza, dominaria a instabilidade, o imprevisível. Em um sentido que para dominar a natureza significa ser senhor dela, e só é possível afirmando essa dicotomia entre ser humano e natureza. Porém, o ser humano faz parte da natureza, e assim, deve enxergar, pois são indissociáveis. Sua capacidade de produção material não possibilita a governabilidade sobre a natureza, e não há como dominá-la porque constituímos parte da natureza.

Dessa forma, o trabalho em questão procurou apontar a complexidade e a diversidade daquilo que compõe a noção de natureza. Ou seja, ao esboçar esse conhecimento, percebemos que é através desse entendimento que os seres humanos possuem sobre natureza, que eles erguem os pilares de suas relações sociais.

Diante dessa afirmação, percebemos que existe uma compreensão de que o conceito de natureza é socialmente e historicamente construído. Ou seja, para cada momento da história e para cada povo existe um entendimento de natureza, na qual homens e mulheres estabelecem suas relações entre si e entre o meio ambiente.

A partir dessa discussão de noção de natureza percebi que a importância de entender que “não basta preservar, mas transformar preservando a vida e garantido-a” (VIEIRA, 1987, p. 143). A luta pelo meio ambiente passa pela busca de melhores condições de vida e de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. (2004) As praticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H (org) Conflitos Ambientais no Brasil. Editora Relume Dumará, Rio de

Janeiro: p. 13-35.

BARBOSA, W. A. (2005) Cultura Puri e Educação popular no Município de Araponga, MG: Duzentos anos de Solidão em defesa da Vida e do Meio Ambiente. Florianópolis, 234p. Tese (doutorado em educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BONFIM, V. R. (2006) Conflitos, Participação e Lições Aprendidas no Processo de Criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, MG. Viçosa, 166p. Tese (doutorado em ciência florestal). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

BRASIL, Lei nº 9985, 18 de jul 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

CARVALHO, M. (2003) O Que é Natureza. São Paulo: Brasiliense, 85p. (Coleção Primeiros Passos)

CLÁUDIO, A. L. A. (2006) Dialogando com os olhares: A concepção ambiental em imagens fotográficas. Viçosa, 38f. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

CONTRIBUIÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO INTEGRADO E PARTICIPATIVO DO PESB E ENTORNO, (2000) 10 a 14 jul. 2000. Viçosa. In: Anais..., Parque da Serra do Brigadeiro e Entorno. Viçosa: UFV.

DIEGUES, A.C. (1996) O Mito da Natureza Intocada. 5ª ed. São Paulo: Hucitec/nupaub-cec/USP, 169p.

FOLDER (2006) Parques de Minas. Governo de Minas Gerais. 1p. Ilustrado.

GONÇALVES, (2000) C. Os (des) caminhos do Meio Ambiente. 7ªed. São Paulo: contexto, 148p.

GUIA DE TURISMO ECOLÓGICO (2006) Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Governo de Minas Gerais. 63p (Serie Guias Turísticos).

- HENRIQUE, W. (2006) A cidade e a natureza: A Apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. GEOUSP, Espaço e Tempo: Revista da pós graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, nº 20, p. 65-77, nov.
- KINKER, S. (2002) Conservação da natureza em parques nacionais. 2ª ed. Campinas SP: Papirus, 224p. (Coleção turismo).
- LOPES, J.J.M. (1998) “Peneirando” a Chuva: Pressuposto para um Pratica Etnogeografica e Endocultural. Trabalho apresentado na 21ª Reunião Anual da ANPED.
- MACHADO, A. (2005) Ecoturismo: um produto viável. A experiência do Rio Grande do Sul. Ed SENAC nacional, (legislação).
- MARCONDES, D. (2002) A Crise de Paradigmas e o surgimento da modernidade. In: BRANDÃO, Z. A Crise dos Paradigmas e a Educação. 8ªed. São Paulo: Cortez, p. 14-29.
- MARCONI, M; LAKATOS, E. (2005) Fundamentos de Metodologia Científica. 6ªed. São Paulo: Atlas, 315p.
- MILANO, M. S. (2000) Mitos no manejo de Unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Campo Grande. Anais..., V I. Campo Grande: 2000. p 11-25.
- OLIVEIRA, L D. (2002) A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável no Ensino de Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, João Pessoa. Anais..., João Pessoa: CD ROM.
- PRAÇA, H.L.F. (2006) Para Além da Conservação - Um Estudo sobre a Territorialização e a Criação dos Parques Nacional do Itatiaia e Estadual da Serra do Brigadeiro. Viçosa, 50f. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- RIBEIRO, R. F. (2005) História Ambiental e Etnoecologia: o Cerrado e o Sertão Mineiro

em debate. In: _____. Florestas Anãs do Sertão: O Cerrado na História de minas gerais. Belo Horizonte: Autentica, p. 15-64.

SARMENTO, J. (2004) Representação, Imaginário e espaço virtual. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, Fundação para a ciência e a tecnologia, 597p.

TAMAIIO, I. (2002) O Professor na construção do conceito de natureza: Uma experiência de educação ambiental. São Paulo: Annablume: WWF, 157p.

VALLEJO, L R. (2002) Unidades de Conservação: Uma discussão teórica a luz dos conceitos de território e de políticas publicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, João Pessoa. Anais..., João Pessoa: CD ROM.

VENTURI, L.A.B. (2006) Recurso Natural: A Construção de um conceito. GEOUSP, Espaço e tempo: Revista da pós graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, nº 20, p.09-17, nov.

VESENTINI, J.W. (1997) Geografia, Natureza e Sociedade. 4ª ed. São Paulo: Editora Contexto. (Repensando a Geografia)

VIEIRA, L. (1987) Constituição e meio ambiente: as raízes e o sonho. In: PÁDUA, J.A. (org). Ecologia e política no Brasil. 2ªed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo e IUPERJ, p. 139-162.

VYGOTSKY, L.S. (2004) Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. Tradução de José Cipolla neto. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 191p.

Sites visitados:

Site do IBAMA disponível em: <http://www.ibama.gov.br/parna_itatiaia/index.php?id_menu=89> Acessado em: 04 out. 2006.

Site do IBGE disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/solo/conservacionismo.html>> acessado em 14 fev 2007.

Site do IEF - MG disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br>> Acessado em 04 out. 2006.

Site da National Geographic disponível em: <<http://nationalgeographic.abril.com.br/ngbonline/edicoes/0610/parks.shtml>> acessado em: 15 fev 2007.

Site do WWF disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/index.cfm> acessado em 13 fev 2007.